

## OS BASTIDORES DA TRANSIÇÃO UNITINS/UFT

Maria Zoreide Britto Maia  
Universidade Federal do Tocantins  
NEDESC FE/UFG  
Estado e Políticas Educacionais

Objetiva compreender os bastidores da transição Unitins/UFT, analisando os entraves que se fizeram presentes no período de transição UNITINS/MEC/UFT, entre os anos de 2000 e 2003. Identificar os problemas e dificuldades encontradas nessa transição, assinalando a gestão da Comissão Especial, nomeada pela Portaria/MEC n. 717/2001, e posteriormente o Decreto n. 4.279, de 21 de junho de 2002 do Governo Federal, atribuindo à Fundação Universidade de Brasília a responsabilidade de implantar a UFT. Relatar os passos adotados por essas duas Comissões, no qual foi conferida a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, controle interno, promover os concursos públicos para o provimento dos cargos docentes, apresentarem proposta de estatuto da Fundação UFT e submetê-lo à aprovação do Ministério da Educação, na forma da lei, dentre outras, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no limite da dotação orçamentária destinada à sua implantação, até o dia 31 de julho de 2003. Aborda a disputa de poder nesse processo, uma vez que a mudança que parecia tranqüila foi sucedida de muita turbulência, sendo muito lenta, levou mais de três anos, iniciado no governo FHC, e consolidado no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e com o apoio do ministro da educação, Cristóvão Buarque, a UFT foi implantada efetivamente a partir de maio de 2003.

Palavras-chave: universidade; transição; implantação.

O presente estudo evidencia o procedimento de federalização da Universidade do Tocantins – Unitins, criando a Universidade Federal do Tocantins - UFT. A Unitins foi criada pelo decreto n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990, pelo Governo do Estado do Tocantins, passou por varias reestruturações, inclusive numa entidade pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular. Depois de uma grande mobilização discente, com o *Movimento SOS Unitins*, onde ocorreu até ameaça de greve de fome, contra a tentativa de se impor o ensino pago na instituição, o Governo cedeu e fruto dessa mobilização, e com as gestões do Governo Estadual resultaram no processo de federalização da Unitins, que se efetiva com o art. 1º da Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, *Fica instituída a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins*. Previa a lei que ela adquiriria personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual seria parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

O processo de transição unitins/uft iniciou-se em abril de 2001, com a nomeação de uma comissão especial, conforme portaria/mec n. 717/2001, cuja incumbência era adotar as providências necessárias para a implantação da fundação universidade federal do tocantins, a comissão nomeada pelo ministro da educação paulo renato de souza, era

composta por eurípedes falcão vieira<sup>1</sup> (presidente), José Luiz da Silva Valente, Roberto Fernando de Souza Freitas e Flávia Cristiane Farina. Tinha prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar um relatório circunstanciado indicando as providências adotadas e as necessárias para consolidar a implantação da Universidade Federal do Tocantins.

Um dos pontos mais importantes do relatório será o levantamento de todos os campi da Unitins e quais devem ser incorporados, até julho, pela UFT. Entre os campi que devem ser absorvidos inicialmente estão os de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Palmas. Outra preocupação da comissão é com o vestibular. “Teremos vestibular em julho”, garantiu o diretor de Desenvolvimento do Ensino Superior. Segundo José Luiz Valente, provavelmente o vestibular será realizado de forma conjunta e acordado entre a UFT e a Unitins (MEC - ASC, 2001, p 01.).

O relatório elaborado pela Comissão, entretanto recomendou a incorporação de todos os cursos por ela mantidos nos oito campi, e retrabalhou o conceito de multicampi, adotando uma nova configuração conceitual: universidade multiespacial.

O novo conceito de multiespacialidade permitiu a identificação de áreas de excelência para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, descentralizadas da sede em Palmas. Para atender a nova concepção espacial, e dentro da visão inovadora para a organização acadêmica e a organização administrativa, foi criada uma estrutura organizacional de grande flexibilidade para a movimentação dos fluxos decisórios, rompendo, na organização acadêmica, principalmente, com os modelos burocráticos adotados pelas universidades federais brasileiras. A nova concepção organizacional está claramente formulada no Relatório da Comissão de Implantação: “A época é de grandes e rápidas transformações” (VIEIRA & FARINA, 2001, p. 03)

A “espacialidade” da Universidade Federal do Tocantins – UFT seria assim constituída: Palmas centralizaria a estrutura superior da Universidade: Conselhos Superiores, Reitoria e Pró-Reitorias. A organização acadêmica estaria presente com dois Institutos de Ensino Pesquisa e Extensão: Instituto de Engenharia e Tecnologia e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seriam implementados dois grandes centros de pesquisa: Centro Integrado de Pesquisas Aplicadas em Geoprocessamento (Projeto Geomática) e o Centro de Pesquisas das Culturas Indígenas (Projeto Indígena),

Em Porto Nacional, seria uma área de atuação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: previa ofertar novos cursos de nutrição, educação artística, educação física e turismo. Na área de pesquisa contaria com o Centro de Pesquisa dos Ecossistemas Conexos das Bacias dos Rios Tocantins e Araguaia (Projeto Tocantins), aproveitando a infraestrutura espacial, de laboratórios e de pessoal pós-graduado dos cursos de Ciências Biológicas, Arqueologia, História e Geografia.

Em Gurupi seria instalado o Instituto de Ciências Agrárias, e para o fomento e a institucionalização dos atuais projetos de pesquisa, um Centro de Pesquisas em Ciências Agrárias. O Núcleo de Estudos de Fruticultura do campus de Palmas seria transferido para Gurupi. O curso de Zootecnia, do campus de Gurupi seria transferido para Araguaína. Araguaína seria a área de ação do Instituto de Medicina Veterinária e

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia e Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Foi reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Secretário Municipal de Educação e Cultura de Rio Grande (RS).

Zootecnia. No mesmo espaço físico seria a implantada da área de ação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. A Medicina Veterinária e a Zootecnia formariam uma área de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, com repercussões amplas na estrutura de produção da região. Em Tocantinópolis e Arraias, no extremo norte e extremo sul, respectivamente, seriam incorporadas áreas de ação das licenciaturas no Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Para a implantação do Instituto de Ciências da Saúde, o relatório descreveu:

[...] foram mantidos contatos com a Secretaria Estadual da Saúde que disponibilizou, em condições extremamente favoráveis, um hospital em Miracema. Há uma lei estadual que permitirá a concessão de uso do hospital para a UFT, sem custos, inclusive os operacionais. Também será disponibilizada a rede estadual de hospitais para estágios e residências médicas. O Instituto de Ciências da Saúde terá duas áreas de ação: Miracema, com os cursos de Medicina e Enfermagem; Paraíso, com os cursos de Odontologia e Farmácia. A decorrência de tempo para implantação desses cursos será no intervalo de 2003 e 2005 (VIEIRA & FARINA, 2001, p. 15).

O Relatório discriminativo das providências adotadas à implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins foi entregue em de junho de 2001: do relatório faziam parte o modelo de estrutura organizacional a ser implantado, a caracterização da multiespacialidade da UFT, a repercussão financeira, os recursos humanos necessários e, em anexo, o Estatuto da Fundação, Estatuto e o Regimento da Universidade. A Comissão de Implantação apresentou-se também um relatório, contido na “Informação Nº 008/2000”, enviado por José Luiz da Silva Valente (Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior), membro da Comissão Especial, para o Dr. Edson Machado de Sousa, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Educação. Este documento apresentava uma análise da vida acadêmica dos discentes e docentes da Unitins, e apresentava um quadro das necessidades de recursos para implantação da nova Instituição Federal de Ensino Superior.

Varias medidas começaram a ser implantadas visando o processo de federalização, dentre elas, a transferência para Araguaina do curso de zootecnia que estava em Gurupi, na análise do professor Eurípedes Vieira (2001), o remanejamento de deu por razões óbvias de afinidade e racionalidade curricular.

O trabalho da Comissão recebeu grande apoio do governo do Estado, segundo o professor

[...] eu tinha 60 dias para entregar o relatório sobre a implantação da UFT. Como os cursos da Unitins que seriam incorporados à Universidade Federal do Tocantins, UFT, ficavam em diversas cidades do interior, e distantes, solicitei ao Sr. Governador a disponibilização de um avião para visitar os campi. Essa providência facilitou o trabalho. Curiosidade: Na primeira visita de trabalho ao Governador ele sugeriu que adotássemos a sigla UFT; a outra sugestão era UFTO. Resolvi, dada a colaboração do Governador Siqueira Campos, atender seu pedido. [...] Em Palmas, no campo político, a ligação mais forte era com o Governador do Estado, Sr. Siqueira Campos. Outros políticos e membros do Governo procuravam interferir, mas a autoridade da Comissão era preservada (VIEIRA, 2006)

O reconhecimento por parte do governador também era recíproco: “Eurípedes Falcão é um homem altamente conceituado”, elogiou Siqueira Campos (MEC – ASC, 2001b). O professor Eurípedes, destacou também a forte relação do governador com o Presidente da República, FHC:

A forte ligação entre o Governador do Estado, Siqueira Campos, e o Presidente da República (FHC), possibilitou o encaminhamento da idéia de incorporar a universidade estadual (Unitins) à UFT. A pressão política, mobilizando a opinião pública, também fortaleceu a idéia. Na prática, claramente, houve uma federalização institucional, ou seja, a universidade estadual ao ser incorporada teve sua estrutura acadêmica e administrativa federalizada, bem como o patrimônio físico. (VIEIRA, 2006)

As afinidades com o Governo local e o apoio do Presidente da República, não foram suficientes para o sucesso da federalização da Unitins. Estabeleceu-se grandes conflitos e resistência do MEC com a Comissão, fato que gerou o afastamento do presidente da Comissão e futuro Reitor da UFT, professor Eurípedes. Conforme o mesmo explica sua saída:

As razões foram mais de ordem administrativa junto ao MEC. A demora na instalação da UFT, a questão do estatuto, e, principalmente, o fato do MEC entregar a realização dos concursos para preenchimento dos cargos de professores e funcionários para a UnB, e também a incorporação de todos os campi, aprovada no Relatório da Comissão, foram razões de atrito com o Secretário Executivo do MEC; enfim, essas razões tornaram-se determinantes. Eu já tinha até elaborado um edital para a realização dos concursos pela própria UFT (já remetido com a documentação). Com essa determinação do MEC me julguei prejudicado em termos de autoridade gestora da Universidade. Afastei-me sem ressentimentos (VIEIRA, 2006)

Estudos realizados por Souza (2007) apontam que as resistências para com a Comissão não foram somente com o MEC, houve grande movimentação na Unitins, sendo necessário, a Comissão realizar inúmeras reuniões com os diretores dos Campi, e com o Reitor da Unitins. O professor Eurípedes reconheceu que num processo complexo de implantação de uma universidade federal por incorporação de uma instituição estadual, funcionando há cerca de 10 anos, houvesse algum tipo de discordância e resistência às mudanças, nesse contexto entram em jogo interesses internos e externos, de ordem política, ideológica, e pessoal. Dados levantados pela mesma autora indicam que o professor Eurípedes teve atritos com o reitor da Unitins Edson Nazareno e com o governo estadual e, por esta razão, foi afastado da função. Relata a pesquisadora, que o professor era uma pessoa de difícil relacionamento e totalmente divorciado da causa tocantinense, além de não se submeter às regras políticas na gestão pública prevalecentes no Tocantins. O meio político tocantinense também insatisfeito mobilizou-se, principalmente a representação política dos municípios de Arraias, Miracema e Tocantinópolis, que realizaram diversas ações no sentido de assegurar a instalação de um campus da UFT nestas cidades.

A pesquisadora ao fazer uma análise das causas do afastamento dessa Comissão, ponderou que:

O ambiente político-institucional em que se encerrou essa primeira etapa do processo de implantação da UFT ficou com profundas marcas resultantes dos choques entre concepções diferentes de universidade e entre práticas políticas que se colocavam em pólos distintos. [...] A proposta de uma *universidade multiespacial*, [...] não foi plenamente absorvida pela comunidade local. [...] De outra parte, as relações clientelistas e de favorecimento político, que marcaram a trajetória da educação superior no Tocantins, não deixaram de se fazer presentes no processo de criação da UFT. [...] O fato de o professor assessor relacionar o afastamento do primeiro reitor prótempore à sua não sensibilidade para a “causa tocantinense”, demonstra uma visão de sociedade fortemente centrada nos acordos políticos, na tradição, na subordinação das pessoas e instituições às relações e práticas existentes (SOUZA, 2007, p.100-

Com a saída do professor Eurípedes, nova legislação dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, o Decreto n. 4.279, de 21 de junho de 2002 do Governo Federal, atribui à Fundação Universidade de Brasília a responsabilidade de implantar a UFT. Segundo matéria publicada na Agência de notícias da UnB

Um marco. Daqui a 20 anos as pessoas vão imaginar como foi a cena da assinatura do convênio em que a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se tutora da mais nova instituição pública de ensino superior - a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O acordo foi assinado no fim da tarde do dia 17 de julho, quarta-feira, no gabinete do ministro Paulo Renato Souza, que estava com terno verde, camisa e gravata em tons de amarelo. Além dele, participaram da cerimônia o governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos; o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Lauro Morhy; o reitor da Universidade do Tocantins (Unitins), Edison Nazareth Alves e o chefe de gabinete da Secretaria de Educação Superior (Sesu), Ronaldo Alípio de Mansur (CAETANO, 2002, p.01).

Uma série de providências jurídicas e burocráticas foram tomadas, uma vez que a UFT ainda estava em processo de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Um Acordo de Cooperação, entre a União, a Fundação Universidade Federal do Tocantins, o Estado do Tocantins e a Fundação Universidade de Brasília, foi assinado em 17 de julho de 2002, Acordam os partícipes em estabelecer os seguintes passos para a implantação da UFT: Repasse dos recursos financeiros destinados à implantação da UFT, previstos na Lei n. 10.407/2002, para a FUB, após a assinatura do presente Acordo, observando-se as condições estabelecidas na Cláusula Sétima deste instrumento; Inscrição, registro e cadastramento da UFT no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e nos sistemas integrados de utilização obrigatória no âmbito da administração federal; Publicação da Portaria MEC para o remanejamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas destinadas à UFT; Publicação da Portaria MEC de redistribuição dos cargos previstos no art. 4º do Decreto n. 4.279, de 21 de junho de 2002; Nomeação, pela FUB, representando a UFT, dos CDs e FGs remanejados para a UFT, com vistas a constituir grupo de trabalho para a condução do processo de implantação da UFT, conforme previsto no inciso IV do art. 2º do Decreto n. 4.279, de 21 de junho de 2002; Abertura e realização dos concursos públicos para o início do preenchimento dos cargos de docente do quadro de pessoal da UFT previstos na Portaria MP n. 234, de 7 de junho de 2002; Nomeação dos docentes e demais aprovados nos concursos referidos no item anterior; Formulação de inventário dos bens móveis e imóveis que serão doados para o patrimônio da UFT; Doação à UFT do patrimônio imobiliário pertencente ou adjudicado à UNITINS, nos municípios de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Arraias, conforme Anexo I do presente instrumento; Transferência para a UFT, sem qualquer solução de continuidade, dos cursos mantidos pela UNITINS nos imóveis e instalações doados à UFT, bem assim dos alunos regularmente matriculados; Criação e/ou transferência, pela UNITINS, dos cursos a serem mantidos pela UFT nos municípios de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, Tocantinópolis, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Arraias; Doação à UFT dos bens móveis pertencentes ou adjudicados à UNITINS, nos municípios de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína, Tocantinópolis e Arraias, conforme Anexo II do presente instrumento; Nomeação do Reitor e Vice-Reitor protempore; Composição dos órgãos colegiados permanentes da UFT; Publicação do estatuto da UFT; Nomeação dos demais

dirigentes acadêmicos e administrativos da UFT; Publicação do plano de desenvolvimento da UFT.

No encalço do objetivo deste instrumento para a implantação definitiva da Fundação Universidade Federal do Tocantins/UFT, foram delegadas responsabilidades que caberiam ao MEC, a FUB, a UNITINS e ao Governo de Estado do Tocantins implementar. Foi delegada à Fundação Universidade de Brasília a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças e controle interno da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no limite da dotação orçamentária destinada à sua implantação, até o dia 31 de julho de 2003.

Para atender as demandas delegadas a FUB, e agilizar as providências necessárias para a implantação da UFT, um grupo de trabalho foi constituído por servidores da Fundação Universidade de Brasília - FUB: Lauro Morhy, Reitor da UnB, responsável legal pela implantação da UFT, Adler do C. Andrade - Assessor do Reitor, externo à UnB, para a implantação da UFT, Ailson A. de Souza - SRH/UnB, gerenciador do SIAPE, Carlos V. Mota - VRT/UnB, Assessor do Reitor para a implantação da UFT, Fernando S. dos Santos - DOR/UnB, gerenciador do SIDOR e do SIAFI, Francisco José Dantas - DRM/UnB, gerenciador do SIASG, Joardo Antônio de D. Passos - SCF/UnB - gerenciador do SIAFI, Marta Emília Teixeira - DOR/UnB, gerenciador do SIDOR e do SIAFI, Renan M. Rocha - SCN/UnB, gerenciador do SIASG, Samuel Faria de Abreu - DCF/UnB, gerenciador do SIAFI, Viviane Vieira C. Sabino - Assessora do Reitor para a implantação da UFT.

Um cronograma de atividades foi definido para o ano de 2002, e a grande maioria das atividades propostas executadas, destacando os registros concluídos em setembro, a criação das unidades gestoras em outubro, a liberação do código vaga do docente, concluído em agosto, a liberação funções administrativas foi solicitada ao MEC em agosto, a previsão dos Recursos financeiros foi concluída em outubro, o acordo MEC/FUB/GOV. TOC./Unitins concluído em julho e o assessoramento jurídico (UnB) foi permanente até o fim do acordo.

O concurso público para os docentes foi normatizado pela Portaria n. 234, de 7 de junho de 2002, que autorizou a realização do concurso público e a nomeação para provimento de trezentos cargos de Professor, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, nos seguintes quantitativos e classes: cem cargos de Professor Adjunto, com titulação de Doutor e duzentos cargos de Professor Assistente, com titulação de Mestre, a Portaria MEC n. 1.722, de 11/6/2002 - libera os códigos dos trezentos cargos. O Centro de seleção e de Promoções de Eventos – CESPE foi contratado para a seleção de candidatos para provimento dessas vagas, o concurso foi realizado em janeiro de 2003, o resultado foi publicado em 27 de fevereiro de 2003, com aprovação de 83 (oitenta e três) professores adjuntos e 337 (trezentos e trinta e sete) professores assistentes, a posse dos professores ocorreu em 15 de maio de 2003. Sendo que tomaram posse em Palmas, 86 professores; Porto Nacional, 43 professores; Araguaína, 41 professores; Gurupi, 19 professores; Tocantinópolis 08 professores e Arraias com 05 professores. O Ofício n. 259/2003-GAB/SPO/MEC, datado de 17 de abril de 2003, libera o Certificado de Disponibilidade Orçamentária para nomeação de 98 cargos de professores, que foram destinados aos aprovados a partir da segunda classificação.

O Reitor Lauro Morhy em reunião com os Diretores dos Campus identificaram alguns pontos para os quais os Diretores solicitaram esclarecimentos sobre: Solicitação de afastamento para doutorado antigas e novas; Alteração do Regime de Trabalho, de 40 horas para 'DE'; Mudança do local de lotação; Administração de aulas em dois *Campi*

diferentes; Diferença entre a remuneração do Edital; Perda de remuneração em função da GED; Participação docente em Congresso; Professores não concursados pela UFT pertencentes ao quadro de pessoal ou da UNITINS ou do Governo do Estado; Pagamento desses professores; Funcionários Técnico-Administrativos composto por servidores da UNITINS e do Governo do Estado; Patrimônio doado pela UNITINS; Suprimento de fundos; Aquisição de bibliografia; Laboratórios; Segurança nos Campi; Formação da congregação de curso; Diplomas: controle e o acompanhamento acadêmico; Secretaria Acadêmica e a informatização do Sistema; Provão.

O Reitor da Universidade de Brasília (UnB), professor Lauro Morhy, nesse processo de implantação por Ato da Reitoria, constituiu Grupos de Trabalho, para assessorá-lo até 31 de julho de 2003, que foram: Articulação Institucional; Ensino de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Patrimônio; Administração e Finança; Informática e Internet e Recursos Humanos.

Nesse período, o Termo de Doação já tinha sido encaminhado para a Administração da Unitins para fazer o registro e a alocação para o Agente Patrimonial, que deveria ser o Diretor do respectivo Campus. Os veículos, a realização de seguro e contratação de motorista, ficariam sob a orientação da Unitins, em função do Acordo; O controle e o acompanhamento acadêmico seriam realizados pela Unitins, bem como a emissão dos respectivos Diplomas. Lauro Morhy aponta que, por motivos constitucionais,

[...] a UnB/UFT não pode simplesmente encampar a Unitins como acontecia em casos semelhantes no passado. Após a existência de fato e de direito da UFT, é preciso que seja assinado um acordo entre a UnB, o Ministério da Educação, a Unitins e o Governo do Tocantins para que seja feita a transferência dos bens da Unitins para Universidade Federal do Tocantins. Ele salienta, porém que a transferência dos alunos da Unitins para UFT será feita automaticamente. Quanto aos recursos, ele acha que precisará de mais para concretizar todo processo de implantação. (LEOMEU 2002, p.)

A UFT incorporou da Unitins 25 cursos de graduação, com mais de 8.031 alunos (Dados dezembro de 2003), distribuídos nos campi de Palmas com 3.519 alunos, Gurupi 308 alunos, Miracema 254 alunos, Tocantinópolis 324 alunos, Arraias 352 alunos, Porto Nacional 1.081 alunos e Araguaína 1.391 alunos.

Com a posse dos professores e a incorporação dos cursos, a UFT começa de fato a funcionar, mas os vínculos com a UNITINS ainda permaneceram. Foi firmado contrato com a Unitins para continuação da prestação de serviços dos funcionários técnico-administrativos, sendo que os salários seriam pagos com recursos da União. Os Professores pertencentes ao quadro de pessoal da Unitins continuavam ministrando disciplinas, como também exercendo atividades administrativas na nova Instituição.

Durante o tempo em que esteve e frente do processo de federalização da Universidade Federal do Tocantins, professor Lauro Morhy, avaliou que *a burocracia é a grande vilã que vem atrasando a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT)*, considerou ainda que *a tarefa ficou ainda mais difícil porque algumas etapas dependem de aprovação de procedimentos por algumas autoridades políticas, que, no ano passado, estavam envolvidas com a eleição presidencial e, no início do ano, com o*

*processo de transição.* O reitor conclui a sua gestão considerando que

Universidade Federal do Tocantins possui um caráter particular em função do modelo de sua constituição, ou seja, uma Instituição remanescente do Governo Estadual, e que sua transição requer a composição de um novo quadro administrativo, sendo necessária a abertura de concurso público para 100 vagas de docentes restantes e 245 cargos de técnico-administrativos, com autorização do Governo Federal, para seu pleno funcionamento. (Relatório de implantação da UFT, 2003)

O Reitor da UnB, Lauro Morhy, responsável legal pela implantação da UFT, conduziu o processo até 31 de julho de 2003, sendo substituído pelo professor Sérgio Paulo Moreyra, nomeado através da Portaria de n.º 002, de 19 de agosto de 2003, permaneceria por 30 dias, até a eleição do primeiro reitor da UFT. No curto mandato, as medidas tomadas pelo professor Sérgio Paulo: elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral; O processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins – Unitins, que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação – CNE; Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças; Através de portaria formalizar as matrículas dos alunos da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) na UFT; fortaleceu a gestão acadêmica em cada Campus; Realizou contrato entre a UNB - Fundação Universidade de Brasília e UFT para a execução da gestão técnica enquanto seriam treinados os servidores para administrar os sistemas financeiros e de pessoal; Firmou contrato com a Unitins para a continuação da prestação de serviços dos funcionários técnico-administrativos, sendo que os salários seriam pagos com recursos da União; Estabeleceu regras para contratação professores substitutos e visitantes para completar o quadro de professores da Universidade (SANTANA, 2003c).

Também preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica, ou seja, da eleição direta para Reitor e Vice-Reitor da UFT que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. Em 24 de setembro de 2003 ele foi nomeado como Reitor pró-tempore, pelo Vice-Presidente da República, José Alencar. No ano de 2004, foi homologado o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, através do Parecer do CNE/CES nº041 e Portaria Ministerial nº 658/2004, também foi realizado a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Assim a UFT incorporou todos os cursos de graduação e o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção.

### **Considerações finais**

Em caráter provisório, devido à impossibilidade de um maior aprofundamento das questões abordadas na pesquisa, destacamos que a implantação da UFT veio marcar uma nova etapa no ensino superior público em solo tocaninense. Apesar de todos os problemas encontrados no processo de criação e implantação, a UFT



foi se estruturando e consolidando como uma instituição de referência no Tocantins, representando instrumento importante e estratégico para o desenvolvimento do Estado e contemplando, no processo de sua implantação, uma série de campos de iniciativas em andamento anteriormente coordenadas pela UNITINS, mas demonstrado de forma muito explícita outro tanto de necessidades no campo do ensino, pesquisa e tecnologia, em diversos setores da vida no estado do Tocantins e região.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO N. 01, DE 17 DE JULHO DE 2002.** ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, O ESTADO DO TOCANTINS E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS.

BRASIL. **LEI nº 10.032, 23 de outubro de 2000.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24/10/2000.

\_\_\_\_\_ **DECRETO Nº 4.279, DE 21 DE JUNHO DE 2002.** DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DIÁRIO OFICIAL [DA] REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, BRASÍLIA, DF, 24/06/2000.

\_\_\_\_\_ **MEC PORTARIA N. 717/2001,** DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **DIÁRIO OFICIAL [DA] REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, BRASÍLIA, DF, S/D

\_\_\_\_\_ **Portaria MEC n. 1.722, de 11/6/2002 - libera os códigos dos trezentos cargos.** **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, S/D.

\_\_\_\_\_ **UFT. PORTARIA n. 234, de 7 de junho de 2002,** que autoriza a realização de concurso público e a nomeação para provimento de trezentos cargos de Professor, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Tocantins. Palmas, TO, 2002.

\_\_\_\_\_ **EDITAL N. 001/2003 – UFT, DE 20/11/2003,** PARA PROVIMENTO DAS 123 (CENTO E VINTE E TRÊS) VAGAS, NO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO, CORRESPONDENTE ÀS VAGAS REMANESCENTES DO CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL N. 1/2002-UFT, PALMAS, TO, 2003.

TOCANTINS. **LEI n.º 136, de 21 de fevereiro de 1990.** Cria a Fundação Universidade do Tocantins. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, Palmas, TO, 1990.

\_\_\_\_\_ **DECRETO n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990.** Cria a Universidade do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins, Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, Palmas, TO, 1990.

CAETANO, Rodrigo. **UnB é tutora da mais nova universidade brasileira.** *UnB Agência*, 17 de julho de 2002.

LEOMEU ROSALVO. BUROCRACIA DIFICULTA IMPLANTAÇÃO DA UFT. **JORNAL DO TOCANTINS**, PALMAS, 8 DE JULHO DE 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASC). **CRIADA COMISSÃO PARA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS**, DISPONÍVEL EM: <[HTTP://MECSR04.MEC.GOV.BR/ACS/ASP/NOTICIAS/NOTICIASDIAIMP.ASP?ID=924.2001](http://MECSR04.MEC.GOV.BR/ACS/ASP/NOTICIAS/NOTICIASDIAIMP.ASP?ID=924.2001)>. ACESSO EM: 14 MAR. 2009A.

REITOR DA UFT VAI SER NOMEADO AMANHÃ, **JORNAL DO TOCANTINS**, PALMAS, 31 DE JULHO DE 2003.

SANTANA, Jocyelma. **UFT e Unitins devem assinar novos acordos.** 06/08/2003c Disponível em: <http://secom.to.gov.br/noticia.php?id=976> em 14/03/2009. Acesso em: 14 mar. 2009

SOUZA, Raquel Aparecida. **Da UNITINS à UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do estado do Tocantins no limiar do século XXI**, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia,

VIEIRA, EURÍPIDES FALCÃO, ENTREVISTA CONCEDIDA A RAQUEL APARECIDA SOUZA - EX-PRESIDENTE DA **COMISSÃO ESPECIAL PARA IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**, 01 DE JUNHO DE 2006.